



A Queda do Sistema Socialista na ex-URSS — Causas e Reflexos para os Movimentos Revolucionários na América do Sul

Orlando Efrem Natividade*

Matéria extraída de monografia elaborada pelo autor como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares.

Ao final da última década e início dos anos 90, causou grande repercussão mundial a surpreendente implosão do sistema socialista nos países do Leste Europeu, principalmente, na ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS).

Esse modelo de sistema político, econômico e social denominado “ditadura do proletariado”, de acordo com as idéias filosóficas de Karl Marx, corresponderia a uma etapa intermediária do processo de transformação revolucionária de uma sociedade capitalista para uma sociedade comunista, onde, segundo ele, não existiriam desigualdades sociais.

A Rússia e, posteriormente, a então URSS, tendo adotado o socialismo depois da violenta revolução bolchevista, de outubro de 1917, e sangrenta guerra civil, consolidou à força o sistema, tornando-se principal pólo de irradiação do ideário socialista e comunista, com a adaptação prática criada por Vladimir Ilitch Ulianov (Lênin), líder da revolução.

Após a Segunda Guerra Mundial, por ter participado ao lado das potências aliadas vencedoras, a URSS, liderando o Movimento Comunista Internacional (MCI), expandiu sua área de influência política e ideológica, constituindo-se em séria ameaça ao mundo livre e democrático.

Através do MCI, partidos políticos comunistas ou socialistas foram criados em

* Tenente-Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

diversos países de outros continentes além do europeu.

Esses partidos, de inspiração marxista-leninista ou de correntes mais radicais, como o maofismo, tinham, e muitos ainda têm, como objetivo, a radical e violenta mutação da sociedade, liderando ou procurando liderar os movimentos revolucionários em seus respectivos países.

É de capital importância levantar e conhecer as principais causas do fracasso do socialismo no seu mais expoente pólo irradiador, tendo em vista, entre outros, os seguintes aspectos: a compreensão da aparente rapidez do desmoronamento do monolito ideológico socialista ou comunista; os possíveis reflexos da derrocada socialista na ex-URSS para os movimentos revolucionários orientados pelo MCI; a transformação do cenário político internacional de um relativo equilíbrio de poder bipolar em multipolar; e a transformação da então poderosa URSS e o surgimento da Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

O presente ensaio tem por finalidade identificar e analisar as possíveis e as mais importantes causas da queda do sistema socialista na ex-URSS e comentar os mais significativos reflexos dessa derrocada nos principais e atuais movimentos revolucionários da América do Sul, com particular destaque no Brasil.

CAUSAS DA QUEDA DO SISTEMA SOCIALISTA NA EX-URSS

A Ascensão do Socialismo

Da mesma forma que a Revolução Americana e a Revolução Francesa tornaram-se

palcos para a criação e aplicação da teoria política e econômica democrática, a Revolução Industrial, durante os séculos XVIII e XIX, produziu várias teorias econômicas e, dentre elas, o socialismo.

No entanto, idéias de cunho socialista já existiam nos primórdios do mercantilismo. Em sua obra *Utopia* (1518), Thomas Morus dizia que a causa da injustiça social seria a existência da propriedade individual.

Desde então, passaram-se a chamar de utópicos, ou românticos, os socialistas que pregavam a igualdade social, apresentando formas teóricas para atingi-la. Louis Blanc afirmava que a igualdade só seria possível se o Estado se apropriasse de todo sistema econômico; Saint Simon, através da assistência do Estado; Blanqui e Bakunin, pela ação revolucionária, e Proudhon pela anarquia.

O judeu-alemão Karl Marx, juntamente com Friederich Engels, lançou, em 1848, o *Manifesto Comunista* e, mais tarde, publicou *O Capital*. Nessas duas obras foram aproveitadas as idéias socialistas anteriores e, através de uma extensa elocubração filosófica denominada de *socialismo científico*, estabeleceram-se os princípios fundamentais do socialismo e do comunismo, sendo este considerado etapa final daquele.

Podem-se resumir nos seguintes pontos os princípios comunistas marxistas: as forças econômicas determinam o curso da História; a História é o registro da luta de classes sociais; o governo serve de instrumento de opressão de uma classe por outra; e a violência e a força são os únicos meios de mudanças sociais.

Marx acreditava que os países mais adiantados da Europa Ocidental eram os que reuniam as perspectivas mais favoráveis para a implantação do socialismo. Aconteceu exa-

tamente o contrário: esse modelo social realizou parcos progressos naquela região europeia mas triunfou na Rússia czarista, império atrasado e semibárbaro à época.

Por ter-se iniciado tardiamente na industrialização, a Rússia pulou do estágio de oficina ou pequena fábrica para o estágio de grandes empresas, com inexpressiva classe média e uma grande classe operária urbana, denominada de proletariado pelos comunistas, vivendo na miséria e degradação, sendo volúvel à pregação das idéias revolucionárias.

A derrota humilhante da Rússia pelo Japão, em 1905; a fragilidade das reformas realizadas pelo Czar Nicolau II; a repercussão do episódio conhecido como *domingo sangrento*, em 22 de janeiro de 1905, em que uma passeata de trabalhadores foi duramente reprimida; a entrada na Primeira Guerra Mundial, tudo isso contribuiu para o surgimento de fracções políticas, de agitações sociais exigindo reformas e para a desintegração da ordem e da autoridade.

Com a economia em situação de colapso total e o clima de intranquilidade, descontentamento e deslealdade ao regime monárquico, estendidos inclusive ao exército e à política, deu-se, em fevereiro de 1917, a queda do Governo e a abdicação do Czar, instalando-se, nesse país, um governo provisório.

Kerensky, posteriormente líder do governo provisório, anunciou eleições para uma Assembléia Constituinte, em novembro de 1917, a fim de estabelecer um sistema político permanente, de maior representatividade.

No intervalo de alguns meses após à revolução de fevereiro, o povo russo teve a primeira experiência de sua história com a democracia. Mas, em outubro, os bolchevistas, facção do partido social-democrata,

lideradas por Lênin e Lev Davidovitch Bronstein (Trotsky), apoderaram-se do poder, derrubando o governo provisório.

Lênin foi o principal artífice da revolução comunista de 1917. Em suas obras, definiu a doutrina de um partido único (comunista), promotor da *consciência de classe* e constituindo a *vanguarda do proletariado*, baseado no centralismo democrático. Defendeu ainda a tese de que o poder deveria ser tomado pelo povo armado, conduzido pelo partido e o impedimento da reação da classe média na fase socialista.

O novo regime bolchevique, surpreendentemente, manteve as eleições para a Assembléia Constituinte. A primeira eleição da Rússia contava com grande aceitação popular. Mas, tendo conseguido apenas 25% dos votos, através do terror político, dissolveu a Assembléia.

Não decorreu muito tempo, contudo, para que os opositores se reunissem em resistência armada contra o novo regime, ocorrendo, então, uma violenta guerra civil, entre russos brancos (contra-revolucionários), auxiliados por forças ocidentais, e russos vermelhos, com a vitória dos últimos.

Trotsky havia organizado o Exército Vermelho e a polícia política que influíram decisivamente no êxito bolchevista e, em 1921, esmagada a última resistência, Lênin tornou-se o senhor de toda a Rússia, sendo que Nicolau II e sua família foram executados no início da guerra civil.

Várias províncias e nacionalidades, separadas do Império Russo durante a revolução, foram coagidas a nele se reintegrarem e passaram a formar, a partir de 1922, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O Partido Comunista da União Soviética (PCUS), título tomado pelos bolchevistas,

em 1918, e rigidamente estruturado por Lênin, tornou-se a única organização política permitida, controlando o Congresso dos Sovietes (órgão legislativo) que aprovou, em 1924, a Constituição reguladora do novo sistema.

Com a morte de Lênin naquele ano, teve início a ruptura entre Stálin, secretário do PCUS, e Trotsky, segundo homem da revolução. Este desejava a revolução permanente e global, enquanto que aquele defendia a revolução em um só país, sua consolidação, e posterior exportação.

Stálin, controlando a máquina do partido, derrotou Trotsky e assumiu o controle total do país. Destituíu e exilou Trotsky, que foi assassinado no México, possivelmente sob suas ordens.

Através de uma série de medidas coercivas em todos os campos do poder, deu continuidade à obra de Lênin, consolidando o sistema na URSS. Seu governo ditatorial ficou conhecido como *stalinismo*.

Durante sua gestão e após os últimos estágios da Segunda Guerra Mundial, amparada em tratados realizados entre as nações vencedoras, a URSS praticamente impôs o sistema socialista a todo o Leste Europeu.

Além dos países bálticos, tornaram-se então socialistas, a antiga Alemanha Oriental, a Polônia, a Hungria, a Tchecoslováquia, a Romênia, a Bulgária e, fora da órbita soviética, a Iugoslávia de Tito.

Com a rápida expansão comunista, iniciou-se um estado de tensão entre o bloco socialista liderado pela URSS e os países democráticos, liderados pelos Estados Unidos da América (EUA), denominado de Guerra Fria.

Após a morte de Stálin, em 1953, e nova disputa interna pelo poder, ascendeu à chefia do Estado soviético Nikita Kruchev que,

causando surpresa mundial, denunciou, no XX Congresso do PCUS, os atos de seu antecessor. Iniciou-se, então, a fase de desestalinização e, no âmbito externo, houve maior distensão com o Ocidente, através da estratégia conhecida como *coexistência pacífica*.

Deposto em 1956, foi sucedido por Leonid Brejnev, cuja política externa, conhecida como *doutrina Brejnev*, preconizava que qualquer ameaça interna ou externa a um Estado socialista, implicaria em risco para todo o sistema. Procurou, com isso, justificar a intervenção militar nos países do bloco.

Em sua gestão, no entanto, a URSS começou a dar sinais de enfraquecimento econômico e de estagnação, apesar de continuar a transmitir para o Ocidente dados estatísticos de crescimento e desenvolvimento de credibilidade duvidosa.

Após sua morte, em 1982, sucederam-se no poder dois governos marcados pela transitoriedade e por campanhas internas do PCUS contra a corrupção e a incompetência administrativa: o de Iúri Andropov e o de Konstantin Tchenenko.

Tendo assumido, em 1985, o poder de um Estado que já apresentava graves dificuldades de toda ordem, Mikhail Gorbachev apresentou, no 27º Congresso do PCUS, no início de 1986, uma proposta de reconstrução socialista, conhecida como *Perestroika* e de uma maior transparência nas relações políticas e sociais, conhecida como *Glasnost*.

Essas propostas, visando a um processo gradual de liberação política e econômica, revelaram ao mundo, e ao próprio povo soviético, diversas contradições de naturezas diferentes nos campos do poder, causadoras, no final de 1991, da implosão e desintegração do sistema e da União, originando uma

nova organização política, denominada Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

CAUSAS POLÍTICAS E MILITARES DA QUEDA DO SISTEMA

Apesar de os socialistas soviéticos afirmarem, demagogicamente, que exerciam uma forma genuína de democracia, o socialismo existente era, na verdade, um sistema totalitário e cruelmente policial.

A estrutura política e administrativa montada por Lênin era complexa e altamente burocratizada. Tanto o Estado quanto o PCUS eram constituídos por uma enorme burocracia muito privilegiada, denominada de *nomenklatura*. O partido comunista, único permitido, transformou-se em fonte inesgotável de corrupção, fisiologismo e exploração do povo soviético.

Todos os dirigentes soviéticos foram secretários de partido e, com raríssimas exceções, perpetuaram-se no poder, caracterizando o regime ditatorial.

No período leninista e, principalmente, no stalinista, milhões de contestadores e mesmo militantes comunistas foram eliminados ou pereceram nos campos de concentração da Sibéria, nos chamados *Gulags*.

Esse fato foi muito explorado por Krushev, havendo, entretanto, continuação das perseguições políticas aos dissidentes pelo PCUS, o único a desfrutar das benesses do poder. Mesmo assim, houve manifestações e tentativas de ruptura com o regime, dentro e fora da URSS.

Durante o terror desses períodos, na década de 1920, ocorreram as revoltas dos marinheiros de Kronstadt e dos camponeses. Na década de 1950, houve a rebelião no campo de trabalho escravo em Vorkuta, impor-

tante centro de mineração. Todas essas revoltas foram violentamente esmagadas.

Externamente, desencadearam-se, na década de 1950, o levante polonês de Pognan e a revolução Húngara; na década de 1960, ocorreu a revolta da Tchecoslováquia, conhecida como *Primavera de Praga*. Também essas revoltas foram duramente reprimidas e seus líderes executados ou desterrados.

A própria unidade ideológica marxista-leninista foi pulverizada, desde o afastamento da Iugoslávia, buscando sua própria identidade, e da China, contrária a desestalinização, até o surgimento do chamado eurocomunismo cujo expoente foi o Partido Comunista Italiano (PCI).

A participação política do povo era meramente figurativa pois, em votação aberta, via-se obrigado a eleger candidatos do PCUS, para os sovietes distritais, regionais e nacionais. Por sua vez, o Legislativo e o Judiciário apenas aprovavam, sem oposição, as decisões da cúpula desse partido.

A demagogia dos líderes soviéticos de que toda a Europa e os países mais adiantados se tornariam comunistas não se concretizou. Ao contrário, o socialismo foi largamente difundido e implantando em alguns países subdesenvolvidos nas décadas de 1960 e 1970. Atualmente, passada a euforia revolucionária e não conseguindo o almejado crescimento, retornaram ao pluralismo democrático, com Cuba, Vietnã, Coréia do Norte e China constituindo exceções. Nos países da Europa Ocidental, os partidos comunistas, apesar de rejeitarem vários dogmas marxistas-leninistas, possuem pouca aceitação eleitoral.

O *Pacto de Varsóvia*, aliança militar comunista, curiosamente só foi empregado nos próprios países socialistas que aspiravam maior autonomia ou buscavam suas identi-

dades históricas, como a Hungria e a Tchecoslováquia.

No Afeganistão, onde interveio, o Exército Soviético sofreu grande derrota, com mais de dez mil mortos, feridos e mutilados, com o crescimento da dependência de drogas e da resistência ao serviço militar. Após dez anos, retirou-se, em 1989, com o moral severamente abalado.

Com a abertura de Gorbachev e sua política de não intervenção militar nos países do bloco, contrária à Doutrina Brejnev, o Leste Europeu foi despertado por uma onda democratizante há muito tempo repressada.

Assim, abandonaram o socialismo a Polónia, a Hungria, a Tchecoslováquia, a Jugoslávia, a Romênia (onde ocorreu sangrenta guerra civil) e, até, a isolada Albânia. O ponto culminante da ruptura ideológica concretizou-se com a derrubada do Muro de Berlim e a reunificação das duas Alemanhas.

A redemocratização do Leste Europeu, por sua vez, ensejou e estimulou os sentimentos separatistas e nacionalistas nos países componentes da URSS, ansiosos por uma maior autonomia e soberania em relação ao poder central. Assim, as nações bálticas declararam-se independentes, apesar das pressões sofridas.

Esses sentimentos separatistas acarretaram enormes resistências ao serviço militar, com o conseqüente aumento de deserções, ao mesmo tempo em que vários países da União "legalizaram" seus próprios exércitos.

Gorbachev, no campo diplomático, diante da irreversível perda da hegemonia so-

viética, propôs, em 1990, o fim da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do Pacto de Varsóvia. Este foi dissolvido pelos próprios países participantes, contribuindo ainda mais para o descrédito do sistema.

A rígida Constituição soviética começou a sofrer um considerável número de emendas, terminando por retirar de seu texto o monopólio político do PCUS, o que evidenciou a desilusão da própria liderança com a doutrina.

Com a *Glasnost*, a disputa pelo poder no PCUS levou-o a uma divisão interna entre reformistas e conservadores, estes receosos da perda de mordomias acumuladas.

Surgiram então duas correntes reformistas: a primeira, liderada por Gorbachev, queria uma reestruturação moderada acreditando, ainda, salvar o socialismo; a segunda, cujo líder era

Bóris Yeltsin, desejava mudanças rápidas e imediatas, particularmente na economia e no próprio sistema político. Era a corrente dos ultra-reformistas ou radicais.

Gorbachev, ainda que concentrasse todos os poderes da União em suas mãos, na esperança de evitar o naufrágio socialista, pendia, de acordo com as circunstâncias, ora para um lado, ora para o outro das correntes acima.

Procurando o amparo ocidental e o fortalecimento interno, estimulou as negociações sobre redução do armamento nuclear e convencional, pois a União temia o projeto americano espacial de interceptação de mísseis, chamado de *Guerra nas Estrelas*, devido ao atraso tecnológico militar.

A redemocratização do Leste Europeu, ensejou e estimulou os sentimentos separatistas e nacionalistas nos países componentes da URSS, ansiosos por uma maior autonomia e soberania em relação ao poder central.

A *Glasnost*, além de dividir a cúpula e o próprio PCUS, estimulou amplo debate entre o então amordaçado povo soviético, ainda que muitas vezes as lideranças políticas emergentes conduzissem, de acordo com seus interesses, as manifestações populares.

Pela primeira vez, após quase um século de dura repressão, foram realizadas eleições livres, com o voto secreto, para os poderes legislativo e executivo em várias repúblicas, com marcante vitória dos reformistas e de outras correntes desejosas de mudanças.

Yeltsin, eleito presidente da Federação Russa (Rússia), com esmagadora maioria de votos, iniciou a ultrapassagem da liderança de Gorbachev, criando áreas de atrito, por ser crítico ferrenho da lentidão das reformas.

A perda paulatina das Repúblicas Soviéticas levou Gorbachev a tentar formar, em 1991, um novo Tratado de União que diminuísse o conflito entre elas e o poder central. A ex-URSS passaria a se chamar "União das Repúblicas Soviéticas Soberanas" e seu presidente seria eleito pelo voto direto, secreto, com um mandato de cinco anos e direito a uma reeleição. Seria criado um congresso da União, eleito pelos parlamentares republicanos.

Enquanto Gorbachev lutava para reencontrar o equilíbrio perdido, Yeltsin proibiu todas as atividades comunistas dentro das empresas e repartições públicas da Rússia, pondo fim à administração paralela exercida pelas células do PCUS.

Muitas personalidades influentes do Partido, percebendo seu desmantelamento, começaram a abandoná-lo e a criticá-lo, ingressando em partidos de tendências democráticas nas Repúblicas, ou mesmo, formando-os.

A ala conservadora do PCUS, da qual

faziam parte o vice-presidente Ianáiev, o primeiro ministro Pavlów, o chefe da KGB (polícia secreta) Kriúthkov, o ministro do Interior Bóris Pugo, o ministro da Defesa, Iázov e outras autoridades, tentou um golpe-de-estado, afastando Gorbachev e decretando estado de emergência em várias regiões soviéticas.

A imediata reação popular russa, conduzida e aproveitada politicamente por Yeltsin e a não adesão de várias lideranças militares contribuíram para o fracasso do golpe. Os conspiradores foram presos e destituídos de suas funções.

Essa desesperada ação da liderança conservadora foi o golpe de misericórdia no desmoronamento da estrutura política e no desmantelamento da União.

Diversas Repúblicas aceleraram o processo de separação do governo central. Assim, declararam-se independentes, além das repúblicas bálticas, a Moldávia, a Ucrânia, a Bielo-Rússia, a Geórgia, o Azerbaijão, a Armênia, o Uzbequistão, a Quirquízia e o Tadjiquistão. As únicas que não se declararam independentes ou não demonstraram essa intenção foram a Rússia, o Cazaquistão e a Turcomênia, sendo que esta última, veio a fazê-lo posteriormente.

Tentando ainda evitar a onda separatista e restabelecer os laços rompidos entre as repúblicas e o poder da União, Gorbachev elaborou outra proposta de união política chamada de *União dos Estados Soberanos* (UES), com as repúblicas passando a ter a própria representação nos organismos internacionais.

A Rússia, aparentemente apoiando a UES, tomou medidas contrárias às propostas políticas e econômicas dessa União e não aderiu ao acordo. Alegava que somente faria parte da UES se a Ucrânia também o fi-

zesse, o que não ocorreu. Yeltsin declarou que uma Confederação ou União colocaria cada república soviética sob um sistema de duplo poder.

Ao reunir-se, em dezembro de 1991, com os dirigentes da Ucrânia e da Bielorrússia, Yeltsin elaborou um documento que criava a CEI, substituindo a URSS que foi revogada como pessoa jurídica de Direito Internacional e realidade geopolítica.

Apesar dos protestos de Gorbachev, a CEI ganhou forças com a adesão das repúblicas islâmicas da Ásia Central (Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomênia, Quirquístão e o Tadjuquistão) e com a decisão da Ucrânia de assumir o controle das Forças Armadas Soviéticas estacionadas em seu território, o que quebrava o elo da autoridade militar, definido pela Constituição, entre essas repúblicas e o poder central representado pelo comandante supremo das forças armadas, no caso, o próprio Gorbachev.

Com a extinção do Parlamento da ex-URSS, em 16 de dezembro de 1991, e a apropriação de todos os seus bens pela Rússia, Yeltsin, reunido com Gorbachev, anunciou o fim da URSS no último dia daquele ano, o que de fato ocorreu com a renúncia do idealizador da *Perestroika*.

Pode-se concluir que a ditadura política de um só partido; a revolta latente do povo soviético contra a cruel perseguição política nos primórdios da instalação e consolidação do socialismo; a fragilidade de uma união de várias repúblicas diferentes somente mantida pela força; a falta de representatividade e legitimidade popular dos órgãos governamentais e a quebra da unidade ideológica desacreditaram o sistema socialista.

A abertura política propiciada pela *Glasnost* acelerou a desintegração do sistema e acabou com a união entre as repúblicas

soviéticas.

A tentativa de reconstrução (*Perestroika*) revelou e confirmou a existência de um Estado multinacional comandado por uma imensa burocracia corrupta, ineficiente e detentora de privilégios, além de uma liderança política carcomida pela disputa interna do poder.

Tudo isso contribuiu para o fracasso da disseminação do socialismo como doutrina política.

O descrédito do sistema estava, no entanto, na própria origem de sua implantação violenta, quando a revolução de 1917 trazia em si o germe autofágico de disputas de grupos antagonicos e no conseqüente endeusamento do Estado, colocado sob a ditadura de governantes que não tiveram a competência necessária para solucionar os complexos problemas da ex-União.

Do ponto-de-vista militar, a intervenção das forças do então Pacto da Varsóvia nos próprios países socialistas; a pesada derrota soviética no Afeganistão; o moral abalado com o aumento de deserções e a resistência ao serviço militar; a falta do apoio geral ao golpe da linha conservadora contra Gorbachev e a formação de exércitos republicanos constituíram-se, dentre outras, importantes causas militares favoráveis à desagregação do sistema.

Tais causas políticas e militares, aliadas, principalmente, às causas sociais e econômicas, analisadas a seguir, derrubaram o sistema socialista na ex-URSS.

CAUSAS SÓCIO-ECONÔMICAS

A revolução bolchevista de 1917, conduzida por Lênin, estatizou toda a propriedade privada, suprimiu as áreas particulares agrícolas, nacionalizou as fábricas, os

bancos e outros setores econômicos, sem a devida indenização aos respectivos proprietários. Tudo foi passado à gestão dos camponeses e operários, sem o devido preparo gerencial.

Os resultados econômicos foram totalmente contrários: queda brusca na produção industrial e agrícola, inflação e paralização do comércio.

Lênin verificando, na prática, a ineficiência da coletivização de todos os meios de produção, iniciou, em 1921, a aplicação na economia de um plano chamado Nova Política Econômica (NPE). Esse plano continha aspectos econômicos capitalistas tais como: privatização de empresas com menos de vinte trabalhadores, formação de cooperativas, diferenças salariais, trustes industriais e a retomada de relações comerciais com a Inglaterra e Alemanha.

Essa introdução de práticas capitalistas na economia estatal fez crescer a produção agrícola e industrial, impulsionou o comércio e, conseqüentemente, enriqueceu alguns grupos sociais como os camponeses (*kulaks*) e os negociantes (*nepmen*).

Os investimentos estatais foram dirigidos para a produção de energia e de matérias-primas básicas, importação de técnicas e máquinas estrangeiras e a aplicação nas cooperativas comerciais e agrícolas.

Mas, a par da recuperação econômica, havia o esmagamento da sociedade soviética pelo Estado, privando-a da livre escolha de suas necessidades básicas, tendo como justificativa a remodelação social.

Com Stálin e sua política de socialismo em um só país, foram adotados os planos quinquenais de desenvolvimento, com a adoção de medidas visando a conduzir a economia de modo global.

Ao coletivizar a agricultura à força, ten-

do como objetivo a total destruição da propriedade familiar agrícola, obrigou os camponeses a participarem das fazendas estatais (*sovkoz*) e cooperativas (*kolkhoz*).

Os camponeses reagiram abertamente às autoridades porque, além de terem sido enganados quanto à distribuição de terras, foram também ludibriados quanto à livre comercialização de seus produtos, que deveriam ser entregues ao Estado. Exterminaram milhares de cabeças de gado e destruíram plantações, contribuindo para a grande fome no início da década de 1930, principalmente na Ucrânia.

Essa hostilidade, considerada alta traição, foi severamente reprimida. Milhões de agricultores e suas famílias foram mortos ou deportados para os campos de trabalhos forçados, provocando, com isso, a aversão dos camponeses à coletivização e ao sistema.

Após a morte de Stálin, foi admitido na agricultura, apesar de ainda coletivizada, que pequenas faixas de terra dentro dos *kolkhoz* fossem individualizadas para o plantio e para criação de certo número de animais e que esses produtos pudessem ser vendidos no mercado livre. Essa produção de caráter individual é que contribuiu para a redução da falta de alimentos, característica constante do sistema socialista.

A ex-URSS, apesar de possuir extensas áreas férteis, normalmente importou grandes quantidades de cereais dos países capitalistas, principalmente dos Estados Unidos e Canadá.

Com baixo padrão e pouca diversidade alimentar, o povo soviético habituou-se a enfrentar enormes filas nos *armazéns do povo* e ao uso constante de talões de racionamento de gêneros alimentícios. Só os integrantes da *nomenklatura* é que possuíam abundância em suas lojas especiais.

O rápido desenvolvimento industrial soviético nas décadas de 1920 e 1930 e, após a Segunda Guerra Mundial, na década de 1950, deu a ilusão de que o sistema socialista era uma solução viável para os países menos adiantados, em curto prazo, realizarem o crescimento econômico. No entanto, foi um tremendo fracasso para aqueles que o adotaram. Com raríssimas exceções, estagnaram ou regrediram na economia.

O desenvolvimento industrial soviético ocorreu maciçamente na indústria pesada e na indústria bélica, em detrimento da indústria de bens de consumo, relegada à última prioridade. A partir da década de 1960, é que esse ramo industrial passou a ter uma relativa consideração.

Mas o custo social pelo crescimento industrial foi bastante elevado. Dificilmente um operário ocidental aceitaria as condições de trabalho escravo que o Estado impôs ao operariado soviético, em sua ânsia de sobrepujar a economia capitalista representada pelos Estados Unidos.

Os trabalhadores soviéticos, como empregados do Estado onisciente e onipresente, não tinham o direito de greve e seus sindicatos, ao invés de defenderem suas legítimas aspirações, defendiam os interesses do grande "patrão" estatal.

Na ânsia do grande crescimento, as autoridades soviéticas negligenciaram a conservação do meio ambiente. Com isso, as regiões industriais tornaram-se altamente poluídas e resíduos de elevado grau de toxicidade eram rotineiramente despejados nos rios, causando séria deterioração ecológica em quase todos os países do bloco socialista.

A falta de efetiva preocupação de segurança no trabalho e com o meio ambiente ficou bem caracterizada no incidente de Tchernobyl, quando um vazamento radioativo, provocado por falhas técnicas e humanas grosseiras, causou a morte de várias pessoas e ganhou repercussão mundial.

A manutenção do centralismo das decisões econômicas, a complexidade burocrática das ações e a indefinição de responsabilidade para questões simples estagnaram e emperraram a economia, a partir da gestão de Brejnev.

A par do desenvolvimento tecnológico na pesquisa espacial e a maciça propaganda com o lançamento do primeiro homem ao espaço, a defasagem tecnológica soviética em relação ao Ocidente aumentou muito, principalmente na década de 1980, com

o bloqueio imposto pelos Estados Unidos, particularmente na área de informática e de tecnologia de ponta.

Sem incentivos internos para competir, racionalizar e inovar, a economia soviética tornou-se um exemplo de ineficiência burocrática e de exagero na utilização de recursos, permitindo a vitória da economia capitalista.

O grande desperdício econômico e o atraso industrial e tecnológico dificultaram a URSS participar do comércio mundial. A ex-URSS passou a ser grande exportador de matérias-primas e minerais, como os demais países do Terceiro Mundo, tornando-se incapaz de competir com os principais exportadores mundiais de bens manufaturados, sendo ultrapassada, nessa última década, pelos Tigres Asiáticos.

Sem incentivos internos para competir, racionalizar e inovar, a economia soviética tornou-se um exemplo de ineficiência burocrática e de exagero na utilização de recursos

O mecanismo de preços das mercadorias, calculado através de complicadas fórmulas operacionais por órgãos centrais de planejamento, mostrou-se totalmente irreal, apesar da associação com o salário pago aos trabalhadores. O Estado se iludiu ao tentar controlar ou mesmo estabelecer um mercado à base de cotas de produção e consumo com subsídios a diversos artigos.

A "lei da oferta e da procura", preconizada pelos economistas ocidentais, tentou ser transformada em algo semelhante a uma lei de mercado do Estado, pelos economistas socialistas. O resultado foi a implosão e a inércia da economia, conforme demonstraram os dados estatísticos oficiais, já não mais adulterados ou manipulados, na era da *Glasnost*.

De acordo com esses dados, 40% do total da população e 80% dos idosos viviam em estado de pobreza; a classe trabalhadora possuía péssimas condições de habitação coletiva (na maioria das vezes, uma família de quatro pessoas ocupava um quarto de pequenas dimensões); apenas um terço das residências possuía água quente e outro terço nem água encanada possuía.

Quanto à utilização de bens de consumo duráveis, os dados estatísticos revelaram grandes contrastes com o mundo ocidental. Um simples indicador, como a propriedade de automóveis, revelou uma proporção de um carro para cerca de quatorze soviéticos, enquanto que havia um para cada dois americanos. A propriedade de eletrodomésticos, comum nos países capitalistas, era bastante rara na maior parte dos lares soviéticos.

Retornando ao comércio exterior, o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON), criado pela URSS para coordenar o comércio entre as repúblicas socialistas e incrementá-lo, mostrou-se um ver-

dadeiro fracasso em relação à Comunidade Econômica Européia, tendo sido dissolvido na gestão de Gorbachev.

Gorbachev, com a economia soviética em profunda crise, elaborou diversos planos para tentar salvá-la, mas contou com uma infinidade de resistências dentro da própria União, como a recusa das repúblicas nas participações ou contribuições para o governo central. A Rússia de Yeltsin alegava que estava subsidiando as outras Repúblicas e pagando mais do que devia ao Kremlin (sede do governo central), diminuindo, com isso, o padrão de vida de seus habitantes.

Os excessivos gastos do orçamento com a defesa, antes considerados intocáveis e que, em geral, vinham subindo anualmente, começaram a ser questionados pelas repúblicas, uma vez que prejudicavam outros setores importantes da economia.

O rublo (moeda soviética), mantido com valor artificial durante todo o período socialista, começou a se desvalorizar assustadoramente. No início de 1991, houve pânico na União, com a tentativa do governo central de retirar as cédulas de 50 e 100 rublos, o que contribuiu ainda mais para a sua desvalorização.

O "mercado negro" teve um crescimento surpreendente na fase final da abertura soviética. Vários produtos, não encontrados na rede oficial de armazéns estatais, eram vendidos nesse mercado com o preço muito acima do tabelado, incluindo diversos gêneros alimentícios.

Vários escândalos econômicos foram revelados ao mundo e à população soviética, aumentando a desilusão interna com o sistema. Milhões de dólares foram "doados" aos "partidos irmãos" de todo mundo; reservas de ouro foram retiradas secretamente da URSS e depositadas na Suíça pelas autori-

dades centrais; o GOSBANK, banco central da URSS, sem as reservas de ouro, encontrava-se falido; o Ministério das Finanças, o Exército e a KGB possuíam contas secretas de grande valor em outros países; o PCUS possuía, fora da União, bens avaliados em quatro bilhões de dólares. Além desses, muitos outros, relacionados com a corrupção da *nomenklatura*, vieram à tona.

A população e os próprios líderes socialistas começaram a questionar se o custo social para tão pouco resultado econômico havia valido a pena, uma vez que a tão propalada igualdade de classes jamais se verificou nos países da União. O dogma marxista *de cada um de acordo com sua capacidade e para cada um de acordo com as suas necessidades* ficou totalmente desacreditado. O custo humano para tão pouco bem-estar social, aparentemente conquistado, havia sido muito elevado.

Esse custo havia incluído: a execução sumária de milhões de pessoas; o extermínio de categorias sociais supostamente hostis ao regime; a liquidação do homem do campo e recolonização forçada; a perseguição às famílias das vítimas do regime; o clima social de pavor e isolamento pessoal político; e as execuções de comunistas edificadores do sistema que, em virtude de disputas internas, eram acusados de alta traição.

Esses atos e fatos sociais, raramente admitidos pela liderança soviética, ao serem discutidos abertamente pela população, contribuíram para a aversão ao sistema e para o apoio popular às mudanças pregadas pelos governantes com idéias reformadoras, descrentes do socialismo.

A diversidade de etnias, muitas vezes com profundas divergências históricas, organizadas nas repúblicas autônomas ou regiões nacionais, com a liberalização política

e social, deu origem a manifestações e movimentos nacionalistas sem precedentes, contribuindo para o enfraquecimento do governo central, do sistema socialista e para o desmembramento da União.

A maior parte das etnias não-russas via, cada vez mais, a existência do Estado socialista centralizador como a principal causa do seu relativo empobrecimento econômico, social e cultural. A imposição da língua russa como oficial sufocou as línguas e dialetos dessas etnias gerando revoltas culturais. As paixões nacionais foram desencadeadas em ritmo crescente em todas as repúblicas não-russas. A russificação foi sendo abertamente denunciada em manifestações populares violentas geradas, em grande parte, por suas *intelligentsias* nacionais.

Além disso, intensa violência inter-étnica também irrompeu em várias localidades, com milhares de mortos em refregas entre comunidades. Os conflitos horizontais eram contra alguma maioria não russa (georgianos contra abkhazianos) ou contra uma nação soviética vizinha, como a Armênia e o Azerbaijão.

A igreja ortodoxa e a igreja muçulmana, que não foram totalmente eliminadas pela pregação materialista, ressurgiram, na década de 1980, com maior força de adeptos, protestando contra a situação e apresentando soluções baseadas em seus princípios religiosos.

A falta de confiança e descrédito da população soviética ao regime pôde ser aquilatada pelo elevado índice de alcoolismo observado e duramente combatido pelos governos socialistas nas últimas décadas.

Pode-se concluir, portanto, que os aspectos econômicos e sociais foram as principais causas que contribuíram para a ruína do sistema socialista.

Dentre esses aspectos, destacam-se: o planejamento centralizado da economia; a prioridade de investimento na indústria armamentista e pesada em detrimento da indústria de consumo; a existência de classes sociais privilegiadas, como a *nomenklatura*; o baixo padrão de vida da maioria da população; a constante escassez e racionamento de gêneros alimentícios; a diversidade de línguas e etnias com conflitos históricos entre si; a corrupção generalizada; o esvaziamento das reservas de ouro do Banco Central; a tentativa de substituição da lei da oferta e procura, reguladora do mercado, por um mercado de Estado; a pouca competitividade no mercado internacional; e os ressentimentos pelo alto custo social.

APRECIÇÃO

A bandeira vermelha com foice e o martelo, símbolo do socialismo como etapa para o comunismo, foi substituída, em Moscou, pelo pavilhão tricolor da Rússia, no fim de 1991.

A União Soviética, naquele histórico momento, acabou de falecer levando seu sistema para o túmulo.

Ambos faleceram de elefantíase estatal, da inércia burocrática, do atraso econômico, da opressão política e social e dos sentimentos nacionalistas reprimidos por várias décadas.

Mikhail Gorbachev, autor da *Perestroika* e da *Glasnost*, não imaginou que a pouca liberdade dada ao povo soviético iria destruir o arcaico sistema.

Ao tentar adaptá-lo e corrigi-lo, liberou energias que empurraram as repúblicas soviéticas para a dissolução da União e a procura de caminhos independentes em busca da democracia e do livre mercado.

Se dependesse dele, o antigo PCUS ainda existiria. Mas a conjunção das crises econômicas, reivindicações autonomistas em várias nacionalidades e a grande insatisfação e o descrédito popular liberados contribuíram para a perda gradativa do controle do poder partidário, até a sua completa eliminação.

A criação da CEI não pôs fim à grande interdependência entre as repúblicas, em virtude dos setenta anos da economia centralizada sob domínio da burocracia tecnocrática de Moscou.

Na luta pelo poder, Boris Yéltsin tomou a liderança de Gorbachev e obrigou-o a renunciar. Tornou-se, então, com respaldo interno e externo, o idealizador dessa Comunidade e apressou o sepultamento do socialismo e da URSS.

A queda do sistema socialista na União Soviética e nos demais países da Europa Oriental modificou o equilíbrio de poder mundial e causou profundas repercussões no MCI, agora órfão de seu principal pólo de irradiação ideológica.

Dentro do MCI, os principais movimentos revolucionários da América do Sul e, particularmente, do Brasil, sofrerem reflexos significativos.

Esses reflexos serão o objeto de apreciação nos próximos tópicos.

REFLEXOS PARA OS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS NOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

Nos Países da Bacia Amazônica

A decadência e o fracasso do socialismo soviético e o fato de o MCI ter se tornado acéfalo pouco modificaram as aspirações dos

movimentos revolucionários de maior expressão nos países limítrofes à Bacia Amazônica.

Na Colômbia, a partir de meados de 1980, o Movimento de 19 de abril (M-19) aceitou as negociações de paz com o Governo, depois do fracasso da ocupação do Palácio da Justiça, quando vários de seus componentes foram eliminados.

Carentes dos recursos financeiros vindos do exterior, as dissidências mais radicais do M-19 e outros movimentos, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o Exército Popular de Libertação (ELP) e do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) aliaram-se aos traficantes de drogas, incrementando a violência e o terror no meio rural e urbano.

No entanto, o Governo, auxiliado pelos Estados Unidos, reiniciou uma grande ofensiva contra o terrorismo, em 1989, e restabeleceu as negociações visando a desmobilizar a guerrilha e separá-la dos traficantes.

O M-19, aproveitando-se da anistia dada a todos os guerrilheiros que quisessem reintegrar-se à vida civil, cresceu como força política legalizada e elegeu, em 1991, nove senadores, rompendo o tradicional bipartidarismo da política nacional.

Com o benefício da anistia, vários outros militares do M-19, do ELP e do PRT abandonaram a luta e reintegraram-se à sociedade.

O Governo prosseguiu as negociações com esses movimentos conseguindo que vários grupos servidores dos narcotraficantes abandonassem as armas. Apesar disso, outros remanescentes permaneceram na luta

com o conluio com os traficantes, utilizando-se do barbarismo contra a população rural, urbana e indígena, chocando a opinião pública nacional e internacional pela crueldade de seus atos criminosos.

Ao formar a Coordenadoria Guerrilheira Colombiana Simón Bolívar (CGSB), esses remanescentes continuaram aliados do Cartel de Cali e de Medellín na onda de terror, planejando e executando o assassinato de várias autoridades políticas, judiciárias e militares. Passaram a agir na fronteira amazônica em busca de áreas de homizos e de rotas do tráfico. Participaram inclusive do incidente do Traíra, em que foram mortos soldados do Exército Brasileiro.

A esquerda radical e o narcotráfico sofreram um grande impacto com a prisão e, recentemente, a morte de Pablo Escobar, chefe do Cartel de Medellín.

Contudo, apesar de ter havido uma diminuição da guerrilha e do narcoterrorismo, é de se esperar que a luta armada continue a se apoiar no capital ilícito obtido com o tráfico de drogas, usando a fronteira amazônica com o Brasil como base de suas ações.

No Peru, pouca influência ou reflexo positivo causou o desmoroamento do socialismo soviético nos movimentos revolucionários Sendero Luminoso e Tupac Amaru (MRTA).

Seguidores fanáticos de Mao-Tsé-Tung, de quem julgam ser os autênticos intérpretes, ainda acreditam fomentar a verdadeira revolução socialista mundial e desprezam qualquer atitude de revisionismo soviético e, até mesmo, chinês.

A decadência e o fracasso do socialismo soviético e o fato de o MCI ter se tornado acéfalo pouco modificaram as aspirações dos movimentos revolucionários de maior expressão nos países limítrofes à Bacia Amazônica.

A esquerda radical peruana, representada por esses dois movimentos, propunha, e continuou propondo, o fechamento do país à toda influência estrangeira.

Também em busca de recursos financeiros necessários à luta armada, aliaram-se aos traficantes de cocaína, trocando proteção pelo dinheiro necessário às ações revolucionárias.

A ação enérgica do presidente Alberto Fujimori, que fechou o Congresso e o Judiciário e concedeu amplos poderes aos militares, provocou nesses movimentos, um profundo golpe.

Foram presos e julgados Victor Polay, líder da MRTA, Abimael Guzmán, do Sendero Luminoso e vários dirigentes dessas organizações, o que diminuiu sua capacidade ofensiva.

Contudo, não pode ser descuidada a atenção contra o radicalismo revolucionário com essas prisões, pois muitos guerrilheiros continuaram soltos na clandestinidade e, além da bilionária ajuda do narcotráfico, utilizam a aguda crise social e a miséria da população como justificativas para a continuação do emprego da violência na busca do poder.

Na Venezuela, o fracasso socialista do império soviético, aliado aos revezes sofridos nos combates contra as forças legais, contribuiu para que muitos adeptos do Movimento Bandeira Roja (MBR) e da Nova Coordenação Revolucionária (NCR) abandonassem a violência guerrilheira e se reintegrassem à vida normal da nação.

No entanto, a política de austeridade do presidente Andrés Pérez fez ressurgir novas organizações, como o Movimento Revolu-

cionário Bolivariano 200, de tendência nacionalista e de esquerda, constituído de muitos militares. Esse movimento tentou ocupar a sede do Governo e pontos importantes de Caracas e outras cidades, em 1992, tendo sido sufocado pelas tropas leais ao Governo.

Para conter a onda de protestos, tumultos e revoltas, tanto de esquerda como da direita radicais, têm sido usadas a suspensão das garantias constitucionais pelo Governo, a censura à imprensa e a enérgica proibição das manifestações.

As correntes partidárias, apresentadas pelo Movimento ao Socialismo e pelo Partido Social Cristão (COPEI), são contra a privatização dos bancos, hotéis, usinas, companhias telefônicas e outras estatais, parte do programa de recuperação e estabilização econômica buscada pelo Governo.

Observa-se, portanto, que os principais reflexos do desmoronamento socialista soviético para os mais importantes movimentos revolucionários dos países limítrofes à Bacia Amazônica foram: a junção dos movimentos com o narcotráfico; o recrudescimento da violência urbana e rural; as ações nas fronteiras de outros países; o abandono da guerrilha por vários militantes; e a atuação legal de correntes de esquerda.

A violência e o terror permanecem como os meios mais rápidos e eficazes utilizados por esses movimentos, em sua insana busca do poder para a implantação do "verdadeiro" socialismo.

O processo de implosão socialista na ex-URSS coincidiu, na Argentina, com o início da redemocratização e a volta dos civis ao poder.

O insucesso da Guerra das Malvinas e o

Nos Países da Bacia do Prata

O processo de implosão socialista na ex-URSS coincidiu, na Argentina, com o início da redemocratização e a volta dos civis ao poder.

O insucesso da Guerra das Malvinas e o

resultado da luta armada contra os Montoneros e o Exército Popular Revolucionário (ERP) levaram muitos oficiais, inclusive ex-presidentes militares, a serem processados e julgados.

O revanchismo provocado pela esquerda propiciou o aparecimento de vários levantes de direita, em que se destacou a figura de Aldo Rico, líder de uma revolta militar em 1988.

Mas, em 1989, as forças radicais de esquerda, numa demonstração de violência, atacaram e conquistaram o quartel de "La Tablada", sendo vencidas pelo Exército na sua retomada.

Atuando legalmente através do Partido Comunista, do Movimento Trotskysta, do Partido do Trabalho do Povo e de outras agremiações políticas, as forças de esquerda foram contra o programa neoliberalizante de reformas econômicas implantadas pelo presidente Carlos Menen.

Além do indulto, a esquerda ativa conseguiu, no início de 1992, a reparação econômica para os ex-presos políticos e parentes daqueles que morreram na luta armada.

A derrocada do monolito socialista, acompanhada e debatida na imprensa com o esclarecimento do povo e o sucesso do plano econômico do Governo argentino, diminuíram o ímpeto revolucionário socialista e o trabalho de doutrinação popular, levando as esquerdas a buscar outros caminhos para a conquista do poder, sem renunciar, porém, à luta armada.

No Uruguai o Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, antes mesmo do processo de implosão socialista, havia abandonado a violência armada e, através da legalidade, concorria ao poder político.

No processo de redemocratização uruguaia, também incentivados pelos movimen-

tos de esquerda, vários oficiais enfrentaram denúncias e julgamentos políticos, acusados de violação de direitos humanos, sendo anistiados pela Lei do Ponto Final.

Os militantes de esquerda, infiltrados na Frente Ampla e nos sindicatos, reagiram à privatização das empresas públicas e obtiveram a realização de um plebiscito, cujo resultado deu a vitória ao Governo.

Também como na Argentina, houve uma diminuição das atividades revolucionárias uruguaias, em virtude dos resultados econômicos e da divulgação do fracasso socialista.

Apesar disso, perduram contradições sociais, como o desemprego, que servem de justificativa na luta pelo poder e na implantação de um novo modelo socialista.

Nos Países Andinos

No Chile, o processo de desintegração socialista coincidiu com a redemocratização e a eleição de Patricio Aylwin, da frente "Acordo pela Democracia", embora o General Pinochet continuasse no comando do Exército.

Muitos integrantes da "Frente Manuel Rodrigues" (FPMR) e do "Movimento de Esquerda Revolucionário" (MIR) saíram da clandestinidade e ingressaram nos partidos legais de oposição de cunho esquerdista, como o Partido Socialista do Chile. Eles pressionaram o novo governo civil a realizar investigações sobre as violações de direitos humanos supostamente realizadas pelos militares, durante o governo Pinochet, na luta contra a ação armada.

A ala mais radical e subterrânea desses movimentos realizou atentados contra ex-chefes de polícia política, ex-combatentes militares, políticos de extrema direita, ao mesmo tempo que, através da realização de

um eficiente trabalho de massa, procurou obter o apoio favorável da opinião pública para a condenação dos militares envolvidos nos combates com a guerrilha, apesar da aprovação da Lei da Anistia pela Corte Suprema.

Mesmo com o revanchismo levantado contra os militares, envolvendo a opinião pública, nas eleições municipais de 1992 obtiveram somente cerca de 15% dos votos.

Esse pequeno resultado eleitoral pode ser creditado ao conhecimento, pelo povo chileno, do fracasso econômico socialista soviético, à recordação do mesmo modelo de fracasso na época de Allende e à recuperação econômica do Chile proporcionada pelas medidas liberalizantes na época de Pinochet.

Tentando novamente conquistar o poder através do voto popular, esses movimentos não renunciaram a seus dogmas marxistas e não descartaram a luta armada como forma de alcançá-lo.

No Equador, o mais importante movimento revolucionário (o "Alfaro Vive") e outros de menor expressão converteram-se em partidos políticos legais ou infiltraram-se em outras agremiações partidárias.

Aproveitando-se das contradições sociais existentes no país, procuraram incentivar as populações indígenas a rebeliões pela restituição de terras que antigamente lhes pertenciam.

Apesar de não possuírem mais modelo socialista para se espelharem, combateram o programa de desestatização do atual presidente Durán Ballén e não apresentaram sinais de renúncia à violência e do abandono da luta de classe para a conquista do poder.

No Brasil

Os fracassos, discordâncias e rivalida-

des dentro do movimento revolucionário comunista brasileiro deram origem a vários segmentos que delinearam as tendências da esquerda brasileira, já bastante fragmentada após longo período de tentativas de tomada do poder.

A linha da esquerda reformista, cujas principais organizações políticas são o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) continuaram inspirados pela social democracia européia, mantendo a aceitação do pluripartidismo e de alternância no poder. Acreditam atingir uma nova forma de socialismo baseado em sucessivas reformas políticas, econômicas e sociais.

A linha da esquerda ortodoxa, apresentada pelo antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), sofreu modificações que incluíram, desde a mudança do nome para Partido Popular Socialista (PPS), até a renúncia de alguns dogmas que eram considerados eternos paradigmas.

O partido deixaria de ser o único condutor da sociedade, aceitaria o pluripartidarismo, a economia do mercado controlado e a propriedade privada com função social.

No entanto, continuou tendo como objetivo a implantação no Brasil de uma nova concepção de sociedade socialista, através da conquista do poder pela via parlamentar, sem negar o emprego da luta armada.

Por discordarem da atitude revisionista do partido, vários dissidentes criaram o Partido Comunista (PC) com a mesma linha ideológica marxista-leninista do antigo PCB.

Em conferências e congressos realizados em âmbito nacional, continuaram a defender a luta de classes. Para eles, a hegemonia da classe operária e dos trabalhadores sobre a sociedade não se instauraria so-

mente com a conquista do poder. Advogaram que a construção da base socialista não deveria ser dissociada das massas trabalhadoras durante todo o processo da conquista do poder, orientadas pela vanguarda partidária.

Defenderam que o novo partido era marxista, revolucionário, não identificado com a social democracia, organizado para a luta de classes, estruturado no centralismo democrático e na propriedade socializada.

Deveriam continuar atuando infiltrados nos sindicatos, associações, comunidades de bases, conselhos, entidades estudantis e juvenis, movimentos de mulheres e de minorias étnicas.

Propuseram a construção de uma frente de esquerda agrupando todos os partidos e grupos revolucionários, articulados em todas as organizações populares, devendo atuar nas eleições para o Legislativo e Executivo a partir de 1994.

A linha revolucionária stalinista, cuja expressão política mais importante é o Partido Comunista do Brasil (PC do B), mesmo com a derrocada comunista, continuou pregando a violência e a guerra insurrecional nas cidades e a guerrilha no campo, para a tomada do poder e a instauração da ditadura do proletariado.

Em congressos e conferência realizados recentemente, prosseguiu defendendo a direção única e planificada da economia, a transição do capitalismo para o socialismo e acusou Stálin, pela primeira vez, de ser o responsável pelo fracasso socialista soviético.

O radicalismo pregado confirmou que seus integrantes estão impregnados dos mesmos princípios revolucionários definidos por Lênin e outros ideólogos, adeptos da violência como meio de tomada do poder.

A grande propagação pela imprensa do

fracasso socialista influenciou a perda do apoio eleitoral aos partidos políticos dessas duas últimas linhas revolucionárias e vários de seus integrantes migraram para outros partidos ou abandonaram a militância reacionária.

A última grande linha revolucionária denominada Nova Esquerda, cuja expressão política é o Partido dos Trabalhadores (PT), em sua autocrítica concluiu que o discurso revolucionário radical já não mais se coadunava com a nova ordem mundial.

Seu diretório nacional decidiu expulsar a Convergência Socialista (CS) de suas fileiras, por sua postura radical que feria a disciplina partidária. Expulsos do PT, os militantes da CS, unindo-se a outras entidades radicais de esquerda, idealizaram a formação de uma Frente Única Revolucionária, que seria o embrião de um novo partido.

Essa frente defendeu a luta pela revolução socialista destruidora do Estado burguês e seu regime político, tendo como estratégia a violência revolucionária por parte das massas trabalhadoras.

O novo partido, originário dessa frente, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PST-U), é de linha marxista, internacionalista e tem a luta de classes como meta da História e, como princípio organizativo, o centralismo democrático.

Enquanto isso, o PT mantém ainda em suas fileiras várias correntes radicais e heterogêneas que divergem entre si e lutam internamente pelo comando do partido.

A sua linha ideológica que conta com o apoio do clero progressista, permanece, entretanto, de orientação socialista: seu objetivo é, uma vez conquistado o poder, instalar uma sociedade utópica igualitária, através de um regime forte dos trabalhadores.

Contando financeira e politicamente

com o apoio de organizações sindicais e de vários outros grupos minoritários, a Nova Esquerda, através do PT, aproveitando as contradições políticas, econômicas e sociais conjunturais, executou um eficiente trabalho de massa visando à conquista do poder nas eleições de 1994.²

O ideário comunista continua a ser, sem dúvida, o grande galvanizador que permite manter, sem fragmentar-se, a frente que compõe a Nova Esquerda brasileira e sustentar a estrutura organizacional do partido de maior projeção socialista do País.

Observa-se, portanto, que a implosão socialista provocou, entre outros, os seguintes reflexos para os movimentos revolucionários brasileiros: nova autocritica dos movimentos visando à reformulação de rumos; mudanças de siglas partidárias; evasão de quadros; revisão de princípios dogmáticos; fragmentação de antigas estruturas de esquerda; e busca de um próprio modelo socialista.

CONCLUSÃO

A queda do sistema socialista na ex-URSS deveu-se, essencialmente, ao fato de que o regime não conseguiu resolver as contradições internas, tanto de cunho ideológico quanto de cumprimento de metas políticas, sociais e administrativas, que vieram se agravando desde 1917, e recrudesceram nos últimos anos até a sua total implosão.

Historicamente, pode-se resumir aos seguintes os principais fatores que ocasionaram o fim da experiência marxista: a implantação da chamada ditadura do proletariado que, na realidade, era a ditadura de um só partido político; as lutas internas no

ex-PCUS, cujas correntes se digladiavam entre si na luta pelo poder, com a conseqüente eliminação dos vencidos, num processo contínuo de autofagia; a não realização das metas sociais, o que manteve na miséria e em condições sub-humanas de vida, milhões de pessoas, enquanto que minorias privilegiadas se locupletavam das benesses do poder; a formação de um Estado gigante e altamente burocratizado e centralizador, ocasionando baixa produtividade em todos os setores econômicos, principalmente na agricultura, ponto sempre fraco do regime; e a explosão dos sentimentos nacionalistas não russos, revoltados com a opressão do governo central.

Mas a falta de liberdade em toda sua plenitude, característica da democracia, é que realmente derrubou o sistema.

A liberdade de expressão, de reunião, de imprensa, de locomoção e o respeito à dignidade humana foram tolhidos por um Estado tirano e opressor, dominado por um partido corrompido em suas bases e em sua cúpula que, julgando ser o condutor único da sociedade, cometeu hediondos crimes em nome de sua remodelação.

A doutrina marxista e a prática leninista do partido revolucionário atraíram milhares de intelectuais, idealistas e políticos por todo o mundo, os quais tentaram, em várias regiões, impor os princípios do materialismo histórico na solução simplista dos complexos problemas de cada país, agravados pelas respectivas diferenças culturais e históricas.

Ao ignorarem essas diferenças e desprezarem a deterioração que vinha ocorrendo na ex-URSS, os ideólogos e políticos de orientação marxista sentiram-se traídos pela própria miopia de suas análises e órfãos do principal irradiador ideológico.

2. Objetivo, uma vez mais postergado, como os resultados das eleições demonstraram (Nota da Redação).

Os reflexos disso fizeram-se sentir em todos os movimentos de esquerda do mundo e, até mesmo, em governos marxistas já instalados, como a China que, através de uma gradual liberalização econômica, inseriu-se no comércio internacional, embora, sem abandonar, ainda, os cânones marxistas.

As repúblicas soviéticas, libertas da opressão comunista, têm um longo caminho a percorrer no aprendizado da democracia e do livre mercado.

Mas o ressurgimento de vários conflitos étnicos, o crescimento do islamismo nas repúblicas da Ásia Central, aliados à crise econômica generalizada e a inexperiência democrática, fazem da região soviética um foco de instabilidade, perturbador da paz mundial.

Apesar do fim aparente da disputa ideológica Leste-Oeste, deverá ser objeto constante de preocupação, por parte do Ocidente, o controle e a vigilância do imenso arsenal de armas nucleares táticas e estratégicas distribuídas nas principais repúblicas soviéticas, em virtude do clima de insegurança que possivelmente lá permanecerá por bom período de tempo.

Todavia, a implosão do sistema socialista soviético e do Leste Europeu mostrou o quanto eram falsas várias de suas proposições, quando aplicadas na prática política, econômica e social de um país.

Sem o exemplo e o apoio financeiro externo, os movimentos de esquerda nos países da América do Sul, desarvorados e sem perspectiva de conquistar o apoio da população pelo voto democrático, buscam recursos para sobreviverem fazendo alianças espúrias com

forças criminosas como o narcotráfico, ou infiltram-se nos setores mais conservadores, na ilusão da conquista do poder.

No Brasil, os reflexos da derrocada socialista agravaram as dissensões da fragmentada esquerda brasileira, não poupando nem os novos partidos socialistas, como o PT, de fissuras internas.

No entanto, o fanatismo socialista manteve-se em muitos dos movimentos revolucionários, agora sob o manto da democracia para a conquista do poder pelo voto.

As contradições sociais, o estado de miserabilidade em que vivem milhões de brasileiros, as diferenças regionais, as concentrações urbanas e o conseqüente abandono do campo, aprofundando as distorções, tudo isso resulta em um terreno fértil de oportunidades para a esquerda brasileira conseguir novas posições e continuar no processo revolucionário.

Se os movimentos revolucionários no Brasil perderam o ímpeto com a desintegração soviética, isso não significa uma diminuição da atuação, por parte das forças democráticas, na defesa de seus princípios de liberdade.

Caso ocorresse a vitória da Nova Esquerda no último pleito eleitoral, mantendo o radicalismo revolucionário socialista, o País poderia sofrer outro retrocesso político e continuaria seguindo na contramão da história, acumulando mais uma década perdida.

Felizmente, isso não ocorreu. Espera-se, agora que as forças democráticas brasileiras reencontrem o caminho do desenvolvimento econômico, do equilíbrio político, da justiça e da paz social. □